
PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e ao Conselho Diretor
PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar



PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 22 de abril de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Fábio Abreu de Paula
Contador CRC 1MG075204/O-0

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Balanco patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	2021	2020
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Notas 6)	881	254	Fornecedores	155	200
Aplicações Financeiras (Nota 6)	3.128	1.375	Obrigações fiscais e trabalhistas (Nota 13)	749	614
Adiantamentos (Nota 7)	92	107	Convênios e parcerias (Nota 14)	2.844	942
Tributos a recuperar (Nota 8)	83	65	Receita diferida (Nota 15)	232	281
Demais contas a receber (Nota 9)	48	42	Demais contas a pagar	15	10
Não circulante					
	4.232	1.843		3.995	2.047
Realizável a longo prazo			Não circulante		
Tributos a recuperar (Nota 8)		109	Receita diferida (Nota 15)	5.325	5.455
Depósitos judiciais (Nota 20)	176	187	Provisão para contingências (Nota 20)	511	455
			Partes relacionadas (Nota 16)	1.061	1.061
Propriedades para investimento (Nota 10)	39.974	33.420		6.897	6.971
Imobilizado (Nota 11)	25.368	25.893			
Intangível (Nota 12)		3	Total do passivo	10.892	9.018
	65.518	59.612	Patrimônio líquido (Nota 17)		
			Patrimônio social	51.955	45.450
			Ajuste de avaliação patrimonial	6.903	6.987
Total do ativo	69.750	61.455	Total do passivo e do patrimônio líquido	69.750	61.455

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita das atividades de assistência social		
Convênios programas sociais (Nota 14)	4.822	4.108
Serviços de atendimento ao idoso de longa permanência	170	192
Doações (Nota 18)	<u>3.334</u>	<u>3.394</u>
Receita líquida das atividades de assistência social	<u>8.326</u>	<u>7.694</u>
Custo dos serviços de assistência social gratuitos (Nota 21)	<u>(6.839)</u>	<u>(6.719)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas (Nota 21)	(1.609)	(1.323)
Varição valor justo das propriedades para investimento (Nota 10)	6.395	(359)
Outras despesas operacionais (Nota 21)	(94)	(61)
Outras receitas operacionais (Nota 22)	<u>251</u>	<u>381</u>
Déficit operacional	<u>6.430</u>	<u>(387)</u>
Despesas financeiras (Nota 23)	(30)	(30)
Receitas financeiras (Nota 23)	<u>21</u>	<u>4</u>
Resultado financeiro	<u>(9)</u>	<u>(26)</u>
Superávit (déficit) do exercício	<u><u>6.421</u></u>	<u><u>(413)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Superávit (déficit) do exercício	6.421	(413)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>6.421</u>	<u>(413)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2019	<u>44.766</u>	<u>6.468</u>	<u>51.234</u>
Déficit do exercício	(413)		(413)
Valor justo inicial de propriedade para investimento anteriormente ocupada pela entidade (Nota 10)		1.616	1.616
Realização parcial de ajuste de avaliação patrimonial (Nota 17)	<u>1.097</u>	<u>(1.097)</u>	
Em 31 de dezembro de 2020	<u>45.450</u>	<u>6.987</u>	<u>52.437</u>
Superávit do exercício	6.421		6.421
Realização parcial de ajuste de avaliação patrimonial (Nota 17)	<u>84</u>	<u>(84)</u>	
Em 31 de dezembro de 2021	<u>51.955</u>	<u>6.903</u>	<u>58.858</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (Déficit) do exercício	6.421	(413)
Ajustes de:		
Depreciação e amortização	671	542
Baixa de ativo imobilizado	3	
Variação valor justo das propriedades para investimento	(6.395)	359
Realização receita diferida	(286)	(289)
Doação recebida de propriedade para investimento	(159)	
Provisão para contingências	94	61
Variações nos ativos e passivos		
Adiantamentos	15	21
Depósitos judiciais	11	(11)
Demais contas a receber	85	69
Fornecedores	(45)	53
Obrigações fiscais e trabalhistas	135	(189)
Convênios e parcerias	1.902	54
Receita diferida	99	27
Contingências pagas	(38)	
Demais contas e despesas a pagar	5	(4)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	<u>2.518</u>	<u>280</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(138)	(178)
Resgates de aplicações financeiras	5.403	5.836
Aportes em aplicações financeiras	(7.156)	(5.789)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(1.891)</u>	<u>(131)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento a entidades afins		(2)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(2)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>627</u>	<u>147</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	254	107
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>881</u>	<u>254</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>627</u>	<u>147</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas		
Convênios e parcerias	4.822	4.108
Serviços de atendimento ao idoso de longa permanência	170	192
Variação valor justo das propriedades para investimento	6.395	(359)
Outras receitas	191	316
	<u>11.578</u>	<u>4.257</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(1.983)	(1.785)
Provisão para contingência	(94)	(61)
	<u>9.501</u>	<u>2.411</u>
Valor adicionado bruto	<u>9.501</u>	<u>2.411</u>
Depreciação e amortização	(671)	(542)
Valor adicionado líquido produzido pela Associação	<u>8.830</u>	<u>1.869</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Aluguéis	60	65
Doações	3.334	3.394
Receitas financeiras	21	4
	<u>12.245</u>	<u>5.332</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>12.245</u>	<u>5.332</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Salários e encargos	5.716	5.638
Impostos, taxas e contribuições		
Estaduais	1	1
Municipais	23	40
Financiadores		
Juros	30	30
Aluguéis	54	36
Superávit (déficit) do exercício	6.421	(413)
	<u>12.245</u>	<u>5.332</u>
Valor adicionado distribuído	<u>12.245</u>	<u>5.332</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana, anteriormente denominada Providência Nossa Senhora da Conceição, ("Associação" ou "PROVIDENS"), CNPJ 17.272.998/0001-86, é uma associação civil, sem fins lucrativos, beneficente de assistência social, que atua em obras sociais na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Os programas desenvolvidos pela Associação são integralmente gratuitos e tem como público alvo a família, crianças, adolescentes, moradores de rua, idosos entre outros, em situação de vulnerabilidade social. Todos os recursos arrecadados pela associação, bem como seu patrimônio são utilizados para atingir suas finalidades. O resumo do trabalho social e os valores aplicados estão descritos na Nota 19.

A Associação possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, com validade até 31 de dezembro de 2023 conforme Portaria da Secretaria Nacional de Assistência Social nº 132 de 20 de outubro de 2021.

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A administração da Associação tomou medidas e ações para prevenção ao contágio à transmissão da COVID-19, em consonância com as orientações do Ministério da Saúde, das autoridades de controle epidemiológico. Dentre as medidas está a manutenção do atendimento nos programas sociais destinados ao público de maior vulnerabilidade, com atendimento individualizado e medidas de orientação e proteção individual a funcionários e atendidos; suspensão do funcionamento das unidades do Projeto Providência no trabalho de socialização e apoio à educação infantil, seguindo determinação da Prefeitura de Belo Horizonte; e suspensão do funcionamento de setores administrativos, adotando-se o regime de plantão e teletrabalho.

Neste cenário, a Administração da Associação vem monitorando os efeitos em suas operações e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela administração em 22 de abril de 2022.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), associadas aos aspectos contábeis específicos relacionados a entidades sem fins lucrativos, conforme resolução de número 1.409/12, do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a norma ITG 2002 – "Entidade sem finalidade de lucros" e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" do ativo imobilizado na data de transição para os CPCs e o valor justo das propriedades para investimentos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, entretanto, apesar de não estar obrigada, a Entidade optou pela apresentação dessa demonstração como informação suplementar. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

(b) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado"**: em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.
- **Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.
- **Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios"**: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022.
- **Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020**: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 10 de janeiro de 2022:
 - (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

· **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**: emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º. de janeiro de 2023.

· **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis**: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º. de janeiro de 2023.

· **Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro**: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º. de janeiro de 2023.

· **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro**: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º. de janeiro de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Associação são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, sua moeda de apresentação.

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Instrumentos financeiros

A Associação classifica seus ativos financeiros sob a categoria de mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos do principal e de juros. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado como receita financeira. Eventuais perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Associação se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Associação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

No reconhecimento inicial, a Associação mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Associação ao custo amortizado incluem Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e depósitos judiciais (vide Nota 5).

2.5 Contas a receber

As contas a receber correspondem à prestação de serviço e dos aluguéis. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*"). Na prática, são reconhecidas pelo valor a receber, considerando o curto prazo de recebimento.

2.6 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são constituídas por imóveis não destinados a uso nas operações da Associação ou para finalidades administrativas. Compreende terrenos e edifícios mantidos para valorização do capital e renda de aluguel. São inicialmente mensuradas ao custo, ou seja, seu preço de compra, custo de transação e qualquer outro dispêndio diretamente atribuível. A Associação adota como critério de mensuração subsequente o valor justo.

O valor justo reflete as condições e valores de mercado dos ativos na data do balanço e é avaliado por profissionais externos independentes. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

gerados. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando for permanentemente retirada de uso e não se esperar nenhum benefício econômico da sua alienação.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

2.7 Imobilizado

Terrenos e Edificações compreendem, principalmente, unidades de atendimento social mantidas pela Associação.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído em 1º de janeiro de 2009, data de transição para os CPCs.

Terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada como segue:

	<u>Vida útil</u> <u>anos</u>
Edificações	23
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	4 a 20
Moveis e utensílios	9
Equipamentos de informática	5
Veículos, aparelhos, equipamentos e outros	3 a 10

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado do exercício em outras receitas e despesas operacionais.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que o seu valor recuperável estimado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais melhorias / recuperações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Associação. As principais melhorias / recuperações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados anualmente, se apropriado.

2.8 Intangível

Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 12.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Associação e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, a uma taxa de 20% ao ano.

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9 Demais ativos

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, deduzidos de provisão para refletir o valor de realização, quando necessária.

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

Não há evidências, nem eventos ou ocorrência de circunstâncias que indicassem ou indiquem que o valor contábil dos ativos exceda seu valor recuperável, seja pela venda, que não é prática da Associação, seja pela geração de benefícios econômicos futuros para a Associação.

2.11 Convênios e parcerias

As entradas e saídas de recursos destinadas à execução de instrumentos de convênios e parcerias são registradas em contas individuais do ativo e do passivo e em contrapartida das contas de resultado, respeitando o regime contábil de competência e os requisitos de reconhecimento em consonância com o CPC 07 - "Subvenção e Assistência Governamentais" e ITG 2002 - "Entidade sem Finalidade de Lucros" (Nota 14).

2.12 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.13 Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.14 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços em instituição de longa permanência para idosos, aluguéis de imóveis, convênios e parcerias e doações no curso normal das atividades da Associação. A receita é apresentada líquida das devoluções, dos abatimentos, dos descontos e subsídios a idosos.

A receita é reconhecida quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Associação e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

A receita de convênios e parcerias é reconhecida pelo regime contábil da competência em confronto com as respectivas despesas (Nota 2.11), a receita de aluguéis é reconhecida de acordo com o prazo de locação nos meses de competência, a receita de serviços é reconhecida ao longo do tempo no mês da prestação de serviços, as doações na medida em que são atendidos os critérios de reconhecimento no resultado conforme descrito na Nota 2.15.

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

2.15 Doações

As doações recebidas para custeio são contabilizadas em contas de receita, na medida em que são atendidos os requisitos de reconhecimento no resultado. As doações patrimoniais são contabilizadas como receita diferida no passivo circulante e não circulante, em consonância com o CPC 07 - "Subvenção e Assistência Governamentais" e ITG 2002 - "Entidade sem Finalidade de Lucros". Na medida em que são atendidos os critérios de reconhecimento no resultado, pela depreciação dos bens, a receita é reconhecida e o passivo baixado (Nota 18).

2.16 Programas sociais - gratuidades

Os custos dos programas sociais gratuitos são registrados como despesas pelo seu valor efetivo, ou seja, pelos gastos incorridos na manutenção do programa, com suporte de documentação hábil. Os valores das gratuidades estão evidenciados na Nota 19.

2.17 Apuração do superávit (déficit)

O superávit (déficit) é apurado pelo regime contábil de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias a índices e taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos.

3 Principais estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Associação faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada em função das perdas esperadas. A administração acredita que a provisão reflete adequadamente a expectativa de perda.

(b) Vida útil do ativo imobilizado e intangível

A depreciação do ativo imobilizado, bem como das amortizações de intangíveis são calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada na avaliação de profissionais da Associação e consultores externos, as quais são revisadas regularmente. A administração acredita que a vida útil está estimada adequadamente.

(c) Provisões para contingências

Como descrito na Nota 20, a Associação é parte em processos judiciais cíveis, trabalhistas e tributários. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos da Associação. A administração acredita que essas contingências estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

(i) Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Recursos livres		
Bancos	52	11
Certificado de depósito bancário – CDB (i)	119	
Fundos de investimentos (i)	<u>3</u>	<u>144</u>
	<u>174</u>	<u>155</u>
Recursos vinculados a convênios e parcerias		
Bancos	3	49
Certificado de depósito bancário - CDB (i)	43	50
Fundos de investimentos (i)	<u>661</u>	
	<u>707</u>	<u>99</u>
	<u>881</u>	<u>254</u>

(ii) Aplicações financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Recursos livres		
Fundos de investimentos (i)	<u>242</u>	<u>40</u>
Recursos vinculados a convênios e parcerias		
Fundos de investimentos (i)	<u>2.886</u>	<u>1.335</u>
	<u>3.128</u>	<u>1.375</u>

(i) Os fundos de investimento em renda fixa, remunerados em 2021 à taxa média de 2,96% ao ano (2020- 1,72 %). O Certificado de Depósito Bancário foi remunerado a taxa de 99% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (2020 - 99% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI).

7 Adiantamentos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Adiantamento de férias	63	80
Adiantamento de salários	24	24
Outros	<u>5</u>	<u>3</u>
	<u>92</u>	<u>107</u>

8 Tributos a recuperar

Saldo a compensar decorrente de crédito de recolhimento indevido da contribuição para o PIS incidente sobre a folha de pagamento. A Associação obteve êxito em ação judicial questionando o recolhimento da contribuição e teve habilitado o crédito do recolhimento indevido do período de julho de 2009 a agosto de 2014, que será compensado mensalmente com os tributos a pagar administrados pela Receita Federal.

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Demais contas a receber

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contas a receber (i)	30	15
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (ii)	(16)	(6)
Despesa antecipada (iii)	34	33
	<u>48</u>	<u>42</u>

- (i) Contas a receber de aluguel de imóveis no montante de R\$ 12 (2020 – R\$ 14) e pela prestação de serviços em Instituição de Longa Permanência para Idosos no montante de R\$ 2 (2020 – R\$ 1).
- (ii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada em função das perdas esperadas e considera os títulos vencidos há mais de 6 meses. Os títulos vencidos a mais de dois anos, sem expectativa de recebimento são baixados.
- (iii) Pagamento antecipado de compra de vales transportes e férias antecipadas para empregados no montante de R\$ 26 (2020 – R\$25) e contratação de seguros no valor de R\$ 8 (2020 -R\$ 8).

10 Propriedades para investimento

	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2020			
Saldo inicial	32.539	3.088	35.627
Transferência do imobilizado	1.080	477	1.557
Ajuste ao valor justo de bem transferido do Imobilizado	930	686	1.616
Baixa (i)	(5.021)		(5.021)
Ajuste ao valor justo	641	(1.000)	(359)
Saldo contábil final	<u>30.169</u>	<u>3.251</u>	<u>33.420</u>
Em 31 de dezembro de 2021			
Saldo inicial	30.169	3.251	33.420
Doações recebidas (Nota 18)		159	159
Ajuste ao valor justo	4.527	1.868	6.395
Saldo contábil final	<u>34.696</u>	<u>5.278</u>	<u>39.974</u>

- (i) Imóvel permutado com imóvel incorporado ao ativo imobilizado (Nota 11).

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Terrenos	Edificações	Benefitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Veículos, Aparelhos Equipamentos e outros	Total
Em 31 de dezembro de 2020						
Saldo inicial	11.250	8.094	2.188	108	89	21.729
Aquisições				29	122	151
Aquisições por permuta (Nota 10)	3.820	2.263				6.083
Aquisições de convênio (Nota 14)				24	3	27
Transferência (Nota 10)	(1.080)	(477)				(1.557)
Depreciação		(349)	(119)	(31)	(41)	(540)
Saldo contábil, líquido	13.990	9.531	2.069	130	173	25.893
Em 31 de dezembro de 2020						
Custo	13.990	10.905	2.382	834	810	28.921
Depreciação acumulada		(1.374)	(313)	(704)	(637)	(3.028)
Saldo contábil, líquido	13.990	9.531	2.069	130	173	25.893
Em 31 de dezembro de 2021						
Saldo inicial	13.990	9.531	2.069	130	173	25.893
Aquisições				10	29	39
Doações (Nota 18)				2	6	8
Aquisições de convênio (Nota 14)				50	49	99
Transferência				2	(2)	
Baixas				(2)	(1)	(3)
Depreciação		(460)	(119)	(34)	(55)	(668)
Saldo contábil, líquido	13.990	9.071	1.950	158	199	25.368
Em 31 de dezembro de 2021						
Custo	13.990	10.905	2.382	894	860	29.031
Depreciação acumulada		(1.834)	(432)	(736)	(661)	(3.663)
Saldo contábil, líquido	13.990	9.071	1.950	158	199	25.368

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os bens adquiridos com recursos de convênio para os quais a Associação permanece substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são reconhecidos como um ativo imobilizado. Tais bens estão sujeitos a restrição, podendo somente ser utilizado na execução dos projetos a que se vinculam, sendo que em alguns contratos, ao final do projeto, os bens devem ser devolvidos a entidade conveniente (Nota 14).

12 Intangível

	Sistemas Aplicativos e (softwares)
Em 31 de dezembro de 2020	
Saldo inicial	5
Amortização	(2)
Saldo contábil, líquido	<u>3</u>
Em 31 de dezembro de 2020	
Custo	408
Amortização acumulada	(405)
Saldo contábil, líquido	<u>3</u>
Em 31 de dezembro de 2021	
Saldo inicial	3
Amortização	(3)
Saldo contábil, líquido	<u>—</u>
Em 31 de dezembro de 2021	
Custo	408
Amortização acumulada	(408)
Saldo contábil, líquido	<u>—</u>
Taxa de amortização anual	20%

13 Obrigações fiscais e trabalhistas

	2021	2020
Provisão de férias e encargos	454	382
Salários a pagar	192	159
FGTS a recolher	42	34
Outros	61	39
	<u>749</u>	<u>614</u>

14 Convênios e parcerias

A Associação mantém convênios e parcerias com diversas entidades públicas e privadas, visando a realização de projetos sociais, dentro de seus objetivos institucionais. Tendo em vista a obrigação da Associação de utilização dos recursos exclusivamente para alcançar o objeto dos convênios e parcerias e

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a obrigatoriedade de prestação de contas, a Associação registra todas as entradas de recursos destinados à execução desses instrumentos em contas individuais do ativo e do passivo, demonstradas no balanço patrimonial nas rubricas "Caixa e equivalentes de caixa" e "Convênios e parcerias".

Os gastos com recursos de convênios e parcerias, de acordo com sua natureza, são ativados ou registrados em contrapartida do resultado, observando o princípio da competência e os critérios de reconhecimento. A conta patrimonial de convênio no passivo é baixada em contrapartida do reconhecimento da respectiva receita, na medida em que os gastos correspondentes são reconhecidos no resultado ou, no caso de gastos ativados, em contrapartida de Receita diferida no passivo (Nota 15).

Os saldos registrados nesta rubrica referem-se a recursos obtidos ainda não utilizados ou pendentes de prestações de contas, cujos valores permanecem disponíveis nos saldos bancários até a efetiva realização.

Os principais convênios e parcerias a executar em 31 de dezembro são:

	2021	2020
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte	2.000	40
Secretaria Estadual de Direitos Humanos Participação Social e Cidadania	401	455
Sociedade Mineira de Cultura (Nota 16)	172	172
Provincie e Econoom Ongerschoeide	90	113
Misereor	23	116
Outros	158	46
	<u>2.844</u>	<u>942</u>

A movimentação dos convênios e parcerias pode ser assim resumida:

	2020	Entradas	Saídas	Devolução	2021
Entidades Públicas					
Órgãos públicos estaduais	456	178	(86)		548
Órgãos públicos municipais	58	6.327	(4.364)	(21)	2.000
Entidades privadas	428	323	(455)		296
	<u>942</u>	<u>6.828</u>	<u>(4.905)</u>	<u>(21)</u>	<u>2.844</u>
	2019	Entradas	Saídas	Devolução	2020
Entidades Públicas					
Órgãos públicos estaduais	419	510	(473)		456
Órgãos públicos municipais	20	3.375	(3.265)	(72)	58
Entidades privadas	449	366	(382)	(5)	428
	<u>888</u>	<u>4.251</u>	<u>(4.120)</u>	<u>(77)</u>	<u>942</u>

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os impactos no balanço patrimonial e na demonstração do superávit, oriundos da execução desses convênios durante o período até 31 de dezembro estão evidenciados abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado		
Receita líquida	<u>4.822</u>	<u>4.108</u>
Custo dos serviços de assistência social gratuitos	(4.807)	(4.090)
Despesas financeiras	<u>(15)</u>	<u>(18)</u>
	<u>(4.822)</u>	<u>(4.108)</u>
Patrimonial		
Imobilizado (Nota 11)	99	27
Depreciação/amortização (Nota 15)	<u>(16)</u>	<u>(15)</u>
	<u>83</u>	<u>12</u>

15 Receita diferida

Reflete o registro de doações patrimoniais e aquisição de bens com recursos de convênio, cujos critérios de reconhecimento da receita, em conformidade com o CPC 07 - "Subvenção e Assistência Governamentais", ainda não foram atendidas. Na medida em que os respectivos bens são depreciados, a conta de "Receita diferida" é baixada em contrapartida da "Receita".

A movimentação durante o período até 31 de dezembro pode ser assim resumida:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	5.736	5.998
Diferimento de imobilizado vinculado a convênio (Nota 11)	99	27
Diferimento de doações (Nota 18)	8	
Realização receita diferida de bens recebidos em doação (Nota 18)	(270)	(274)
Realização receita diferida de bens de convênios (Nota 14)	<u>(16)</u>	<u>(15)</u>
Saldo final	<u>5.557</u>	<u>5.736</u>
Circulante	232	281
Não circulante	<u>5.325</u>	<u>5.455</u>
	<u>5.557</u>	<u>5.736</u>

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Partes relacionadas

(a) Saldos com entidades afins

	Mitra Arquidioc. de BH	Sociedade Mineira de Cultura	Total	
			2021	2020
Passivo circulante				
Convênios e parcerias		172	172	172
Passivo não circulante				
Partes relacionadas (i)	1.061		1.061	1.061
Resultado				
Doações (Nota 18)	1.026	1.300	2.326	2.674
Receitas de convênios e parcerias				254
Custo dos serviços sociais gratuitos	(57)		(57)	(254)
Outras receitas (Nota 22)	162	10	172	184
Superávit (déficit) com partes relacionadas	<u>1.131</u>	<u>1.310</u>	<u>2.441</u>	<u>2.858</u>

- (i) Valor a pagar referente a permuta de imóveis com a Mitra Arquidiocesana de Belo Horizonte, a negociação está em andamento para dação e pagamento de outro imóvel. Não há incidência de encargos na operação.

(b) Remuneração de dirigentes

Os membros da estrutura administrativa da Associação constituída pela Assembleia Geral, Conselho Diretor e Conselho Fiscal não são remunerados nem recebem qualquer vantagem ou benefício por qualquer forma, não havendo qualquer distribuição de resultados, patrimônio ou renda.

17 Patrimônio líquido

(a) Patrimônio social

O Patrimônio social inicial da Associação foi constituído por bens, além de contribuições e doações. A cada exercício social os superávits (déficits) são incorporados ao referido patrimônio, em conformidade com o artigo 14, incisos I e II da Lei 5.172/66.

(b) Ajustes de avaliação patrimonial

Reflete o efeito dos ajustes de bens do imobilizado ao custo atribuído (*deemed cost*). Na medida em que os bens objeto de atribuição de novo valor forem depreciados, amortizados ou baixados em contrapartida do resultado, os respectivos valores são, simultaneamente, transferidos da conta Ajustes de Avaliação Patrimonial para a conta de Patrimônio Social.

Contempla também o aumento inicial, resultante da avaliação pelo valor justo, de imóvel anteriormente ocupado pela entidade e transferido para propriedades para investimento. Na medida em que ocorre a redução do valor recuperável da respectiva propriedade para investimento em contrapartida do resultado, a conta de ajuste de avaliação patrimonial é reduzida na mesma proporção em contrapartida da conta de Patrimônio social.

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Doações recebidas

A Associação recebe doações que são aplicadas nas finalidades para a qual se destinam, de acordo com os objetivos institucionais.

Não foram estabelecidas restrições ou vinculação por parte dos doadores em relação as doações recebidas para custeio e patrimoniais.

A movimentação das doações durante o período até 31 de dezembro pode ser assim resumida:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Patrimoniais		
Propriedade para investimento (Nota 10)	159	
Bens do imobilizado (Nota 11)	<u>8</u>	
Resultado		
Doações para custeio Mitra Arquidiocesana de B.Hte. (Nota 16)	1.026	1.374
Doações para custeio Sociedade Mineira de Cultura (Nota 16)	1.300	1.300
Doações particulares para custeio reconhecidas como receita	738	446
Receita apropriada de bens recebidos em doação (Nota 15)	<u>270</u>	<u>274</u>
Receita de doações	<u><u>3.334</u></u>	<u><u>3.394</u></u>

19 Programas sociais – gratuidades

A Associação atua na área de assistência social através de programas de apoio às obras sociais da Arquidiocese de Belo Horizonte. Os atendimentos realizados nos programas têm como público alvo a família, idosos, crianças, adolescentes, moradores de rua, entre outros. São integralmente gratuitos, sem qualquer distinção de clientela, obedecendo ao princípio da universalidade do atendimento.

No exercício de 2021 os custos e despesas com os serviços sociais gratuitos com recursos gerados pela Associação totalizaram R\$ 3.750 (2020 – R\$ 4.025).

A Associação mantém convênios e parcerias com diversas entidades visando a realização dos programas sociais, dentro de seus objetivos institucionais (Nota 14). No exercício de 2021, além de recursos gerados pela Associação, foi aplicado com recursos de convênios e parcerias o montante de R\$ 4.822 (2020 – R\$ 4.108) na manutenção de programas sociais integralmente gratuitos.

O resumo dos programas encontra-se evidenciado a seguir:

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Programa	Síntese das ações desenvolvidas	2021		2020	
		Beneficiados (i)	Atendimentos (ii)	Beneficiados (i)	Atendimentos (ii)
Presença solidária da Igreja	Assessorar na organização de grupos de "Sem-Casa", fortalecendo a espiritualidade nas atividades desenvolvidas pelo programa. Formação e capacitação de lideranças dos grupos. Assessorar entidades afins como intuito de buscar alternativas habitacionais, considerando a realidade local e apoiar mobilizações para eventos sociais ligados à linha da Ação de Habitação.	2.284	13.739	1.069	2.557
Acolhida Solidária	Acolhida, e encaminhamentos a rede socioassistencial e paroquial.	729	33.535	1.406	4.471
Pastoral de Rua	Atendimento social, discussão em torno dos direitos e encaminhamento.	11.509	231.155	8.850	44.250
Casa de Apoio - Pós-alta	Atendimento social, fisioterapia, controle da medicação, alimentação, adesão ao tratamento, vestuário e cuidados diários.	64	299.805	73	325.943
Família Acolhedora	Atendimentos realizados às crianças, adolescentes e famílias candidatas e ao programa. Contatos, articulação, reunião, discussão de caso com os atores envolvidos como VIL, CRAS, Centro de Saúde, CREAS, Escola, Ongs dentre outros.	128	6.646	163	3.866
Casa Santa Zita	Instituição de longa permanência para idosos que visa a proteção a terceira idade, especialmente de idosos, assegurando os direitos referente a moradia, vida, saúde, alimentação, esporte, lazer e cultura.	22	191.955	27	207.122
Projeto Providência	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de crianças de 6 a 14 anos – Os beneficiados recebem acompanhamento psicopedagógico, escolar, participam de oficinas de socialização e esporte, recebem ainda alimentação e transporte gratuitos. O Projeto oferece também cursos profissionalizantes para jovens e adultos e programas para o desenvolvimento do protagonismo dos jovens das comunidades atendidas.	1.840	108.216	1.840	102.276
Casa do Migrante José	Acolhimento temporário para migrantes e refugiados.	19	1.596	19	579
Casa de Francisco	O Convívium São José atende adolescentes e famílias na comunidade de Justinópolis em Ribeirão das Neves. Oferecendo diversas formações.	415	3.944		
Centro Integrado de Atendimento a Mulher (CIAM)	Unidade de educação ambiental na região da Ocupação Rosa Leão, Isidoro e Cristina.	1.789	3.383		
	Centro Integrado de Atendimento a Mulher - CIAM. Atendimento à mulheres em situação de rua do município de Belo Horizonte.	121	16.933		
		18.920	910.907	13.447	691.064

(i) Número de indivíduos beneficiados pelos programas, independentemente da quantidade de atendimentos que a pessoa recebeu.
(ii) Soma dos atendimentos prestados a cada beneficiado.

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Contingências

A Associação é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas em andamento, e está discutindo essas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos. A Associação apresenta os seguintes passivos decorrentes de processos com expectativa de perdas prováveis e respectivos depósitos judiciais, quando aplicáveis:

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2021	2020	2021	2020
Trabalhistas	4	15		18
Cível			511	437
	<u>4</u>	<u>15</u>	<u>511</u>	<u>455</u>

A movimentação dos saldos de contingências segue demonstrada abaixo:

	2021	2020
Saldo inicial	455	394
Provisões constituídas	94	61
Pagamentos	<u>(38)</u>	
Saldo final	<u>511</u>	<u>455</u>

(a) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Fundação possui ações de natureza tributária, trabalhista e cíveis, classificados pela administração como possíveis de se obter êxito com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para os quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Depósitos judiciais		Contingências possíveis (não provisionadas)	
	2021	2020	2021	2020
Trabalhistas				10
Cível (i)			133.803	114.668
Tributários	<u>172</u>	<u>172</u>	<u>4.622</u>	<u>4.562</u>
	<u>172</u>	<u>172</u>	<u>138.425</u>	<u>119.240</u>

- (i) Em 15 de dezembro de 2009 foi ajuizada Ação Civil Pública pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, onde a PROVIDENS é ré juntamente com outras instituições e pessoas físicas. O objeto da ação decorre de convênio firmado entre a Ação Social Arquidiocesana – ASA, entidade incorporada pela PROVIDENS em 2007, e o Município de Belo Horizonte para construção de casas populares no denominado Conjunto Jatobá e reforma do Conjunto Minas Solidária, ambas as obras nesta Capital. O

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valor atribuído à ação de R\$ 133.803 (2020 – R\$ 114.154) corresponde ao que se pretende ver ressarcido aos cofres públicos. A administração classifica a ação como possível de se obter êxito com base na avaliação de seus consultores jurídicos e, portanto, não constituiu provisão para perda.

21 Despesas por natureza

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Custos e despesas com pessoal	5.716	5.638
Depreciação e amortização	671	542
Serviços de terceiros	583	582
Materiais	387	256
Serviços públicos	343	356
Manutenção e conservação	150	77
Lanches e alimentação	143	127
Provisão para contingências	94	61
Demais despesas	455	464
	<u>8.542</u>	<u>8.103</u>
Custo dos serviços de assistência social gratuitos	6.839	6.719
Despesas gerais e administrativas	1.609	1.323
Outras despesas operacionais	94	61
	<u>8.542</u>	<u>8.103</u>

22 Outras receitas operacionais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Reembolso despesas Vicariato Epis. para Ação Social e Política (i)	162	
Receita de aluguel de imóveis	60	65
Resultado positivo na baixa de ativo imobilizado	11	74
Reembolso despesas Colégio Santa Maria Minas (ii)	10	205
Recuperação de pequenas despesas	8	37
	<u>251</u>	<u>381</u>

- (i) Reembolso efetuado pelo Vicariato Episcopal para Ação Social e Políticas referente a gastos comuns de utilização de espaço físico compartilhado, tais como pessoal de limpeza, portaria, telefonia, água e energia.
- (ii) Reembolso efetuado pela Sociedade Mineira de Cultura de gastos com energia elétrica, água, pessoal de limpeza, portaria, segurança e outros em função do uso compartilhado das instalações da unidade Projeto Providência pelo Colégio Santa Maria Minas.

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Receitas e despesas financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira ao custo amortizado	20	3
Outros	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>21</u>	<u>4</u>
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	<u>(30)</u>	<u>(30)</u>
Resultado financeiro	<u>(9)</u>	<u>(26)</u>

24 Seguros (não auditada)

As coberturas foram contratadas pela administração considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e visa cobrir eventuais sinistros no imóvel de sua sede e da casa de apoio, onde desenvolve suas principais atividades. A Associação adota o Seguro Patrimonial Compreensivo (*Property*), que garante indenização contra incêndio, raios, explosão, danos elétricos, vendavais e alagamento, dentre outras coberturas secundárias. Foram contratados também seguros para todos os veículos de sua propriedade. Não há histórico de sinistro envolvendo suas operações e bens.

Em 31 de dezembro de 2021 o valor referente à cobertura de seguros corresponde a R\$ 15.283 (2020 - R\$ 9.310).

* * *


DOM WALMOR OLIVEIRA DE AZEVEDO
Presidente


EVELTER SILVA MOREIRA
Contador CRC-MG-064866/0-7